



Uma análise socioantropológica das raízes e práticas do autoritarismo brasileiro: desafios para uma formação política emancipatória

Un análisis socioantropológico de las raíces y prácticas del autoritarismo brasileño: desafíos para una formación política emancipatoria

Daniel Lucas de Jesus Oliveira
Renata Ramos da Silva Carvalho
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Inhumas – Goiás – Brasil

Resumo

Este estudo busca refletir sobre o autoritarismo como uma dimensão socioantropológica intrínseca à cultura política e social brasileira, transcendendo regimes específicos para se manifestar em práticas cotidianas por meio de uma herança autoritária. Analisando suas origens históricas, o texto argumenta que as expressões e práticas autoritárias forjaram uma sociedade profundamente hierarquizada e desigual. Não obstante, a naturalização da autoridade, evidente em expressões como "sabe com quem está falando?", é apresentada como um sintoma dessa internalização. O estudo embasa-se em autores como Lilia Moritz Schwarcz, Marilena Chauí, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Roberto Bueno, entre outros, para se compreender a gênese e a persistência de estruturas, discursos e práticas autoritárias que impactam a democracia e subsidiam a negação de direitos fundamentais. O estudo ressalta, ainda, a importância da reflexão filosófica para uma formação política emancipatória como ferramenta crucial para a desnaturalização dessas estruturas e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Autoritarismo; Cultura Brasileira; Formação Humana.

Resumen:

Este estudio busca reflexionar sobre el autoritarismo como una dimensión socioantropológica intrínseca a la cultura política y social brasileña, que trasciende regímenes específicos para manifestarse en las prácticas cotidianas a través de un legado autoritario. Analizando sus orígenes históricos, el texto argumenta que las expresiones y prácticas autoritarias han forjado una sociedad profundamente jerárquica y desigual. No obstante, la naturalización de la autoridad, evidente en expresiones como "¿Sabes con quién estás hablando?", se presenta como un síntoma de esta internalización. El estudio se basa en autores como Lilia Moritz Schwarcz, Marilena Chauí, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes y Roberto Bueno, entre otros, para comprender la génesis y la persistencia de estructuras, discursos y prácticas autoritarias que impactan en la democracia y propician la negación de derechos fundamentales. El estudio también destaca la importancia de la reflexión filosófica para la formación política emancipadora como herramienta crucial para desnaturalizar estas estructuras y construir una sociedad más justa e igualitaria.

Palabras clave: Autoritarismo; Cultura brasileña; Formación humana.

Introdução

As primeiras décadas do século XXI vêm sendo marcadas por uma complexidade crescente de crises, como conflitos globais, crises humanitárias, aceleração das mudanças climáticas, da fragilidade das democracias diante da ascensão de discursos extremistas, e a precarização do mundo do trabalho. Em meio a esse cenário, o autoritarismo emerge como um fenômeno persistente e atuante, cuja compreensão vai além de suas manifestações recentes.

No exato momento em que finalizamos este estudo, a política externa nacional encontra-se em meio a um impasse político com os Estados Unidos da América, após o então presidente Donald Trump assumir publicamente o seu interesse em taxar as exportações de produtos do Brasil para os EUA. Entre os argumentos apresentados para justificar a alta das tarifas, Trump alega que o ex-presidente Jair Bolsonaro vem sendo vítima de perseguição política no Brasil. Vale lembrar que Bolsonaro está em iminência de ser responsabilizado pela tentativa de abolição do estado democrático de direito no país, dentre outros processos.

Sem a pretensão de adentrar o mérito político da questão, o que nos importa é que o argumento de Trump denota uma clara primazia de interesses particulares – no caso da família Bolsonaro e seus simpatizantes – em detrimento da economia e soberania nacionalⁱ. Também nos chama a atenção a constatação de manifestações públicas de políticos brasileiros e de parte expressiva da sociedade em apoio à taxação proposta pelo presidente estadunidense. Ou seja, como a estratégia política e econômica dos EUA pode eminentemente prejudicar o Brasil, ainda assim, por motivações políticas e ideológicas, Trump tem o apoio de uma boa parte dos brasileiros. Como explicar esta aparente contradição?

Debruçar-se sobre a experiência histórica brasileira é constatar a evolução de uma sociedade pautada por antagonismos de classes, somados à exclusão política das massas. Sobre essa questão, a antropóloga e historiadora brasileira, Lilia Moritz Schwarcz, argumenta que as decisões políticas mais importantes da nossa história sempre foram tomadas “pelo alto”. Desde o “grito” da Independência, perpassando as articulações conservadoras que levariam à República, e as sucessivas Assembleias Constituintes e Constituições, a voz do povo sempre permaneceu às margens das grandes decisões. Essa exclusão sistemática da

participação popular moldou uma cultura política de passividade e resignação, na qual a agência cidadã é historicamente suprimida.

A sociedade brasileira, assim, foi forjada sob a égide de uma elite que detém o poder e define os rumos da nação, sem efetiva consulta ou consentimento das massas, perpetuando uma estrutura de mando e obediência naturalizada ao longo do tempo. Por outro lado, a violência intrínseca à colonização, impulsionada pela exploração e pela escravidão, estabeleceu um padrão de repressão brutal por parte do Estado brasileiro contra quaisquer movimentos de contestação à sistematização e institucionalização da dominação. A experiência histórica nos mostra que as reações e resistências dos grupos oprimidos – sejam indígenas, africanos, escravizados ou camponeses – sempre foram concebidas como ilegítimas, sinônimo de barbárie, "anarquia" e desordem. Essa resposta violenta e desproporcional do Estado não somente esmagou a oposição, mas também contribuiu para a internalização da ideia de que a força e o poder estão acima do direito para a população.

Nossa experiência republicana é, de fato, curta e intermitente, nova e incipiente. Desse modo, períodos que privilegiaram estruturas hierárquicas sempre tiveram consistência e recorrência no desenvolvimento da nação, demonstrando uma continuidade perturbadora entre o passado colonial e o presente. Esse empreendimento é, pois, um pilar para se compreender a gênese de um autoritarismo arraigado.

A exemplo de Roberto Bueno (2016, p. 26), este artigo propõe “retomar a perspectiva da formação social brasileira, evidenciando, em sua constituição, a persistência da imposição da cultura da submissão e do puro domínio”. Doravante, debruçamo-nos sobre duas abordagens acerca do fenômeno do autoritarismo no Brasil: 1) como desdobramento das tensões fruto do acirramento das contradições do capitalismo, compreendendo também sua fase neoliberal; 2) como uma dimensão socioantropológica intrínseca à cultura brasileira.

Com base nos pressupostos apresentados, questionamos se a cultura nacional é potencialmente autoritária e se é possível identificar um "autoritarismo brasileiro" singular. Nossa hipótese central é que a tendência à elitização política, marcada pela violência, espoliação, dominação e segregação, converge para o conceito de autoritarismo, que se materializa em práticas imperiosas desde a colônia até o presente. Este "autoritarismo brasileiro" permeia a linguagem e a racionalidade da escravidão, do mandonismo, do clientelismo, do patrimonialismo, da corrupção, do preconceito e da segregação,

(re)produzindo assim desigualdades sociais. Essas são heranças que atuam como vetores para a adesão a discursos e estruturas hierarquizantes, tornando a democracia brasileira um empreendimento incipiente e suscetível a crises, dominado por interesses elitistas no contexto de um capitalismo tardio e subdesenvolvido.

Todavia, para uma compreensão aprofundada, é essencial que o conceito de autoritarismo também seja expandido para além das reverberações das contradições do capitalismo. Analisamos sua constituição nos meandros da realidade histórica, política, econômica e social do país, dimensionando seus desdobramentos na cultura, em que discursos e práticas de apelo autoritário são elementos constantes e constituem uma dimensão socioantropológica da sociedade.

O estudo é teórico, baseado nos argumentos de pensadores que abordam a recorrência do autoritarismo no processo de construção da ideia de nação brasileira. Recorremos a pensadores como Lília Moritz Schwarcz (2019), Marilena Chauí (2012), Caio Prado Júnior (2004), Florestan Fernandes (1976) e Roberto Bueno (2016), entre outros, para refletirmos sobre como discursos e práticas autoritárias nacionais servem de pano de fundo para a adesão popular a processos e estruturas hierarquizantes. Tal cenário reforça o desafio de lutar por uma formação política que incorpore a reflexão filosófica para a formação humana e emancipatória, essencial para a resistência contra a hierarquização social, que resulta na negação de direitos fundamentais às massas populares.

Da polissemia do conceito à singularidade de autoritarismo como prática política e linguagem social

A compreensão do autoritarismo transcende a mera descrição de regimes políticos. Como apontam Belinelli e Ricupero (2024), o conceito só ganhou maior destaque no Brasil a partir de meados de 1970, predominantemente associado a estruturas institucionais de governo. Essa leitura, vinculada à relação entre política e economia e ao processo de substituição de importações por produção nacional, enquadrava o autoritarismo como uma manifestação específica do sistema. Nesse contexto, o "autoritarismo" se tornou uma categoria polissêmica, sujeita à disputa teórica com implicações práticas (Belinelli; Ricupero, 2024, p. 3).

A mobilização do conceito de autoritarismo esteve, então, em função da combinação de aportes – problemas, hipóteses, conceitos – das teorias da modernização, da sociologia histórica, da ciência política internacional e do pensamento social e político nacional, produzindo um rico e variado debate em torno do problema do autoritarismo no país (Belinelli; Ricupero, 2024, p. 3).

A noção dessa polissemia é crucial para a tese de que o autoritarismo no Brasil vai além das formas institucionais. Enquanto regimes totalitários, por exemplo, buscam controlar todos os aspectos da vida social e individual, impondo uma ideologia única e erradicando a dissidência, o autoritarismo pode manifestar-se de formas mais sutis. Ele frequentemente tolera pluralismos limitados, desde que não ameacem a estrutura de poder existente. No contexto brasileiro, essa distinção é fundamental, pois o autoritarismo se enraizou não apenas em governos de exceção, mas também em práticas cotidianas e culturais, revelando uma dimensão que supera a mera análise do aparato estatal.

Não se trata, como veremos, de ignorar o fundamento das práticas autoritárias como desdobramento do acirramento das contradições do capitalismo. Contudo, é justamente essa compreensão ampliada do conceito que permite investigar o autoritarismo como uma dimensão socioantropológica intrínseca à formação do país, operando na base das relações sociais e culturais, e não apenas no topo da estrutura política formal. Ao entendermos que o autoritarismo pode manifestar-se em comportamentos, linguagens e símbolos, abrimos caminho para uma análise mais profunda de sua persistência e resiliência na sociedade brasileira.

A racionalidade capitalista na formação das estruturas autoritárias

A análise de Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica* (1976) busca tematizar acerca da constituição das relações sociais e de poder, paralelamente ao desenvolvimento das estruturas de produção capitalista no país. Fernandes (1976) parte do argumento de que a dinâmica das revoluções aristocráticas nos países latino-americanos não seguiu os mesmos caminhos das revoluções burguesas europeias.

Portanto, nessa linha de raciocínio, Fernandes (1976) defende a tese de que, a depender das especificidades da realidade histórica nas zonas periféricas do globo, essa relação foi altamente variável. Em síntese, “não existe, como se supunha a partir de uma concepção eurocêntrica (além disso, válida apenas para os ‘casos clássicos da Revolução

Burguesa’), um único modelo básico democrático-burguês de transformação capitalista (Fernandes, 1976, p. 289)”. De modo semelhante:

Atualmente, os cientistas já sabem, comprovadamente, que a transformação capitalista não se determina, de maneira exclusiva, em função dos requisitos intrínsecos do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, esses requisitos (sejam os econômicos, sejam os socioculturais e os políticos) entram em interação com os vários elementos econômicos (naturalmente extra ou pré-capitalistas) e extra-econômicos da situação histórico-social, característicos dos casos concretos em que se consideram, e sofrem, assim, bloqueios; seleções e adaptações que delimitam: 1º) se concretizará, histórico-socialmente transformação capitalista; 2º) o padrão concreto de dominação burguesa (inclusive, como ela poderá compor os interesses de classe extra – burgueses e burgueses – ou, também, os interesses de classe internos e externos, se for o caso – e como ela impregnará de elementos econômicos, socioculturais extrínsecos à transformação capitalista; 3º) quais são as probabilidades, com a dominação burguesa de absorver os requisitos centrais da transformação capitalista (tanto os econômicos quanto os socioculturais e os políticos) e, vice-versa, quais são as probabilidades, com a transformação capitalista de acompanhar, estrutural, funcional e historicamente, as polarizações da dominação burguesa, que possuam um caráter histórico construtivo e dominador (Fernandes, 1976, p. 289).

Logo, “o mais importante dessa obra, do ponto de vista teórico, é a relação entre transformação capitalista e dominação burguesa em países periféricos de economia capitalista dependente e subdesenvolvida” (Fernandes, 1976, p. 290).

Em contraste com as revoluções burguesas clássicas na Europa, a dominação burguesa aqui não buscou a completa superação das estruturas oligárquicas e autoritárias preexistentes, mas sim sua reacomodação e cooptação para seus próprios fins. Esse padrão de desenvolvimento permitiu a coexistência de um capitalismo dependente e subdesenvolvido com a persistência de formas de exploração e desigualdade social profundas (Fernandes, 1976).

Semelhantemente, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (2004), Caio Prado Júnior analisa a constituição social dos brasileiros, buscando prescrever um “certo ‘sentido’” na evolução política e cultural do nosso povo. O argumento central dessa abordagem parte do princípio de que esse “sentido histórico” não pode ser localizado nos pormenores, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais constituídos na média e longa duração.

Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação (Prado Júnior, 2004, p. 19).

Como pressupõe Prado Júnior (2004), ao aplicar essa lente à historicidade brasileira, percebemos que não houve uma descontinuidade substancial da dinâmica política, econômica e social da nação desde os tempos coloniais.

A estrutura econômica colonial, baseada na grande propriedade monocultora e na exploração da mão de obra (inicialmente escrava e, posteriormente, precarizada), moldou uma sociedade com um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra (Prado Júnior, 2004, p. 129).

Nesse sentido, essa organização fundiária e de trabalho, centrada na extração e na servidão, forjou as bases de uma sociedade hierárquica em que a desigualdade não é um acidente, mas um elemento estruturante que antecede e permeia o desenvolvimento capitalista. Assim, a permanência de um padrão autoritário torna-se inteligível, dado que as raízes da dominação se desenvolvem desde os primórdios da formação nacional, culminando em uma sociedade em que o autoritarismo se naturaliza como um *modus operandi*.

Múltiplas constituições e expressões do autoritarismo brasileiro

Roberto Bueno (2016) apresenta problematizações importantes ao abordar a evolução do discurso autoritário, concomitante ao desenvolvimento histórico da sociedade brasileira do ponto de vista ideológico. Sua hipótese é a de que a tradição política autoritária brasileira tem uma matriz comum. Assim sendo, o autor localiza o recrudescimento dos discursos e das práticas autoritárias a partir dos pressupostos que formularam a dinâmica do governo Vargas em sua fase de caráter explicitamente autoritária, a do Estado Novo.

Bueno (2016) afirma que a teoria política que reforçou a cultura autoritária e ditatorial no Brasil, já nas primeiras décadas republicanas, não foi alimentada somente por políticos e militares, mas também por um considerável núcleo de intelectuais, entre os quais se destacaram Francisco Campos e Oliveira Viana por suas intervenções no cenário histórico-ideológico das décadas de 1930 e 1940ⁱⁱ. Ao citar a relação de intelectuais como Campos e Viana na construção de uma filosofia de natureza autoritária, Bueno (2016) amplia o campo de manifestação das práticas autoritárias para além da sua concepção tradicional que, por norma, tende a repousar exclusivamente sobre a figura de militares ou políticos, mas, raramente, fazem referência a concepções e tendências autoritárias no campo intelectual. Assim sendo,

[...] a teoria política que reforçou a cultura autoritária e ditatorial no Brasil foi alimentada por grupos políticos e militares, assim como por um considerável núcleo de intelectuais, entre os quais se destacaram Francisco Campos e Oliveira Viana por suas intervenções no cenário histórico-ideológico dos anos 1930 e 1940 da vida brasileira (Bueno, 2016, p. 26).

Ainda segundo Bueno (2016, p. 29), a posição antipartidarista que incidia com a aversão varguista à democracia liberal pela centralização na representatividade partidária era compartilhada por amplos setores de intelectuais.

Entretanto, embora em franco diálogo com o fascismo europeu, os intelectuais brasileiros procuravam dissociar o núcleo duro do movimento autoritário nacional de outras referências. A ideia presente era fundar o Estado brasileiro com inspiração de fundo no pensamento autóctone, voltando a atenção aos costumes e hábitos nacionais para garantir a eficácia das normas e das políticas públicas adotadas (Bueno, 2016, p. 30).

Essa ideia equivale a uma visão determinista da dinâmica social. Pressupunha-se uma mobilização positivista de elementos históricos e antropológicos da cultura brasileira como pano de fundo para a legitimação da centralização política e suas nuances. Assim, “esse movimento seria supostamente suficiente para oferecer uma cultura de fundo sólida para responder às crises nacionais a que as estruturas democrático-parlamentares nacionais não conseguiam responder” (Bueno, 2016, p. 30).

O que nos interessa precisamente é como esse processo de desenvolvimento da nação possibilitou a naturalização e o fortalecimento da dinâmica autoritária. Na análise de Bueno (2016, p. 26):

[...] é inegavelmente que o pensamento social brasileiro se constituiu carregado de radical desprezo pelas instituições democráticas, reconhecendo que elas não passam de verdadeira chicana cujas formalidades apenas iludem o cidadão comum de que participa efetivamente de processos políticos.

Assim sendo, a legitimação intelectual do autoritarismo, ancorada numa suposta essência *in natura* brasileira, demonstrou a capacidade de cooptação de discursos para a manutenção de estruturas de poder de natureza hierárquica, perpetuando a oposição entre o direito ao mando e a subserviência.

A linguagem e a racionalidade do autoritarismo brasileiro

Na obra *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, a antropóloga e historiadora Lília Moritz Schwarcz (2019) apresenta elementos cruciais que indicam a presença e a persistência das práticas autoritárias ao longo da experiência histórica do Brasil. Schwarcz (2019) oferece um apanhado de reflexões sobre as raízes dessas práticas que, em tese, amparam-se em

discursos fundadores da identidade nacional. Tais discursos são frequentemente forjados na tradição, com um aspecto e apelo à dimensão mística, produzindo narrativas dotadas de romantização e idealização do passado nostálgico. Essa "história mítica do passado" serve para justificar posições ideológicas e projetos políticos do presente, criando uma barreira para a reflexão crítica e a superação dos traumas históricos.

Buscando combater esse quadro de negação histórica, Schwarcz (2019) destaca que o Brasil possui uma peculiaridade no desenvolvimento de sua história, se comparado aos processos de construção das sociedades latino-americanas.

A independência política em 1822, por exemplo, não trouxe novidades em termos institucionais, mas consolidou um objetivo claro: estruturar e justificar uma nova nação, aliás, e como vimos, muito peculiar no contexto americano, uma monarquia cercada de repúblicas de todos os lados (Schwarcz, 2019, p. 13).

A exemplo, citamos os desdobramentos da produção econômica com base na mão de obra escrava e da sua branda e tardia abolição, visto que, “no Brasil, o sistema escravocrata transformou-se num modelo tão enraizado que acabou se convertendo numa linguagem, com graves consequências (Schwarcz, 2019, p. 27)”. Esse modelo foi edificado a partir da exploração da mão de obra escrava, e, ao mesmo tempo, caracterizado pela negação de políticas de reparação e inclusão social dos descendentes dos povos escravizados, indígenas e da nação africana no Brasil. Em consequência disso, a centralização política “nos legou uma sociedade autoritária, a qual tratamos de reproduzir em tempos modernos” (Schwarcz, 2019, p. 35).

Portanto, a escravidão não foi apenas um sistema de trabalho, mas uma estrutura social totalizante que moldou as relações de poder, a hierarquia social e a própria percepção de humanidade. A violência, a submissão e a desumanização inerentes à escravidão se tornaram parte do vocabulário social, influenciando como as diferenças são percebidas e as desigualdades são justificadas. Essa continuidade, em vez de ruptura, reforça a ideia de que as estruturas de poder se mantiveram, apenas adaptando sua roupagem.

Nesse processo, o autoritarismo estaria circunscrito em termos mais amplos, abarcando outros princípios que constituem o seu caráter singular. Ele é multifacetado e de alcance transversal sobre questões como, por exemplo, escravidão, mandonismo e patrimonialismo que confluem na corrupção, geram violência e tensões acerca da raça e de gênero (homofobia e feminicídio), desdobrando-se na intolerância, no racismo, na

segregação e na consolidação das desigualdades sociais. A persistência dessas práticas demonstra que o autoritarismo não é um fenômeno isolado, mas uma teia complexa de relações que se retroalimentam e se manifestam em diferentes esferas da vida social.

Como afirma a referida autora, herdamos “uma sociedade acostumada com hierarquias de mando, que usa de uma determinada história mítica do passado para justificar o presente, e que lida muito mal com a ideia da igualdade na divisão de deveres, mas dos direitos também” (Schwarcz, 2019, p. 35-36). Dentro dessa dinâmica, o mandonismo “foi o espírito de base da colonização do Brasil; poucos homens concentraram grandes latifúndios, em geral, monocultores” (Schwarcz, 2019, p. 41). Esse sistema não apenas gerou uma profunda desigualdade fundiária, mas também estabeleceu um modelo de poder local e regional que se perpetuou ao longo da história, com os “coronéis” exercendo controle absoluto sobre a vida de comunidades inteiras.

Doravante, também se esmeraram em construir uma história edificante, usando a figura do senhor, aquela do pai – bondoso e severo – e assim projetando uma sociedade patriarcal, na qual as mulheres cumpriram um papel basicamente secundário e a hierarquia teria um lugar especial, jamais questionado. Aí estava o modelo dessa sociedade patriarcal brasileira; a família (do senhor) funcionando como esteio e anteparo, real e simbólico, para toda a organização social (Schwarcz, 2019, p. 43).

Essa estrutura familiar autoritária serviu de microcosmo para a sociedade na sua totalidade, naturalizando a submissão e a obediência em todas as esferas. A reprodução desse modelo em escolas, empresas e instituições públicas reforça a ideia de que a autoridade é inerente a certas posições, independentemente de mérito ou justiça.

Assim como o fenômeno social do mandonismo, outra ramificação do autoritarismo é o patrimonialismo. De expressão sutil e naturalizada, o patrimonialismo se materializa por meio de “várias formas de compadrio, a moeda de troca dos favores, o recurso a pistolões, o famoso hábito de furar a fila, de levar vantagem, ou a utilização de intermediários se enraizaram nesta terra do uso abusivo do Estado para fins privados” (Schwarcz, 2019, p. 64).

Essa prática, que confunde o público com o privado, é uma herança direta da mentalidade colonial, onde a coisa pública era vista como extensão do patrimônio do governante. Em consequência, o certo é que persistirá no Brasil um sério déficit republicano enquanto práticas patrimoniais e clientelistas continuarem a imperar no interior do nosso sistema político e no coração de nossas instituições públicas. [...] aqui sempre fez falta o interesse pelo coletivo, a virtude cívica e os princípios próprios ao exercício da vida pública. Nos falta, ainda mais, o exercício dos direitos sociais, qual seja, a participação na riqueza coletiva: o direito, ou melhor, o pleno exercício

do direito à saúde, à educação, ao emprego, à moradia, ao transporte e ao lazer (Schwarcz, 2019, p. 64-65).

O patrimonialismo não é apenas a prática de utilização do público para fins privados. Ele é também a expansão do privado em detrimento do encolhimento do público, empreendimento que implica a anulação dos direitos individuais e coletivos dos brasileiros e brasileiras. Sendo assim, o patrimonialismo não é somente “uma herança pesada de nossa história, mas é também um registro do presente” (Schwarcz, 2019, p. 87).

A concentração de riquezas, a manutenção dos velhos caciques regionais, bem como o surgimento dos “novos coronéis” e o fortalecimento de políticos corporativos, mostram como é ainda corriqueiro no Brasil lutar, primeiro, antes de mais nada, pelo benefício privado. Essa é uma forma autoritária e personalista de lidar com o Estado, como se ele não passasse de uma generosa família, cujo guia é um grande pai, que detém o controle da lei, é bondoso com seus aliados, mas severo com seus oponentes, os quais são entendidos como inimigos (Schwarcz, 2019, p. 87).

Essas práticas se naturalizam em uma espécie de *habitus*, e o produto bruto disso tudo é a corrupção.

Para Schwarcz (2019, p. 88), “se o patrimonialismo é o primeiro inimigo da República, o segundo principal adversário atende pelo nome de corrupção”.

Entretanto, ambas as práticas se entrelaçam, pois a captura do Estado por interesses particulares e a consequente prática de corrupção que se instaura visando a própria conservação desse tipo de esquema são um dos principais fatores que explicam a crise em que vivemos atualmente. Além de afetar a economia, alocando recursos insuficientemente, a corrupção consegue instalar uma burocracia inapta, enquanto o funcionalismo desta não é gerido pelas necessidades do Estado, mas pela distribuição farta de cargos e verbas para os “amigos fiéis” que trocam “favores” e “interesses”. Por último, a corrupção viceja quando há uma mentalidade mais ampla que não só a aceita, como a naturaliza em seu cotidiano (Schwarcz, 2019, p. 122).

A captura do Estado por interesses particulares inviabiliza o acesso a um conjunto de direitos essenciais aos indivíduos.

Deste modo, o fenômeno da desigualdade é tão enraizado entre nós que se apresenta a partir de várias faces: a desigualdade econômica e de renda, a desigualdade de oportunidades, a desigualdade racial, a desigualdade regional, a desigualdade de gênero, a desigualdade de geração e a desigualdade social, presente nos diferentes acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer (Schwarcz, 2019, p. 126).

Posto isso, acordamos com a autora de que os discursos e as práticas autoritárias sempre foram evocados diante da busca de colocar em prática os anseios dos grupos dominantes. Fato esse que produz a elitização política e econômica centrada no privilégio destes grupos, em detrimento da miséria e da exclusão do acesso por parte das massas ao

acesso à saúde e à educação pública de qualidade, que se tornam privilégios em vez de direitos universais.

A modernização brasileira, muitas vezes imposta "de cima para baixo", sem uma efetiva participação democrática, não promoveu uma ruptura com as estruturas tradicionais de poder, mas as adaptou. Essa adaptação permitiu que a hierarquia e a desigualdade continuassem a operar sob novas lógicas, mantendo a essência de um sistema que privilegia poucos em detrimento da maioria. Isso significa que, mesmo sob o verniz da modernidade e do avanço tecnológico, os traços autoritários persistem, camuflados em novas roupagens sociais e políticas. O culto ao progresso, nesse contexto, funciona como uma narrativa que desvia o olhar das contradições e das raízes profundas da desigualdade, promovendo uma falsa sensação de superação do passado autoritário.

As reflexões da cientista brasileira, Marilena Chauí, também abarcam o fenômeno do autoritarismo como prática que emerge das contradições da dinâmica capitalista e das políticas neoliberais, que, segundo essa pensadora, impossibilitam a participação plena das classes menos favorecidas no âmbito político. Para Chauí (2012), é sintomático que o capitalismo, ao gerar desigualdades sociais, materializadas no cotidiano social, por conseguinte, também produz uma cisão na sociedade entre aqueles que detêm a autoridade, e aqueles que são reduzidos à subserviência e exploração.

Todavia, no capitalismo, são imensos os obstáculos à democracia, pois o conflito dos interesses é, na verdade, expressão do fundamento mesmo da divisão social, ou seja, a contradição entre o capital e o trabalho e, portanto, a exploração e dominação de uma classe social por outra. Assim, por exemplo, se é verdade que as lutas populares nos países do capitalismo central ou metropolitano ampliaram os direitos dos cidadãos que a exploração dos trabalhadores diminuiu muito, sobretudo com o Estado do Bem-Estar Social, também é verdade, no entanto, que houve um preço a pagar: a exploração mais violenta do trabalho pelo capital recaiu sobre os trabalhadores dos países da periferia do sistema. Além disso, também é inegável, em toda parte, a fragilidade dos direitos políticos e sociais sob a ação do neoliberalismo, que opera pelo encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado ou do mercado, sob a forma da privatização e da chamada — “desregulação econômica”. A privatização não se refere apenas às empresas estatais e ao afastamento do Estado nas decisões econômicas, mas se refere sobretudo ao abandono dos investimentos dos fundos públicos nos serviços e direitos sociais, que passam a depender das leis do mercado (privatização da educação, da saúde, dos transportes, da habitação, da cultura etc.). (Chauí, 2012, p. 153).

Com base nesse argumento, ao tornar direitos básicos dependentes das leis do mercado, o neoliberalismo reproduz e reforça a exploração, limitando as possibilidades de

ação e autonomia dos indivíduos e criando um terreno fértil para a perpetuação de práticas autoritárias (Chauí, 2012).

Entretanto, Chauí (2012) destaca que as expressões e práticas autoritárias são remanescentes de um período que antecede o desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil. Desse modo, tratar-se-ia de um autoritarismo social que:

[...] conservando as marcas da sociedade colonial escravista, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação de mando e obediência (Chauí, 2012, p. 158).

Chauí (2012, p. 60) consolida essa assertiva ao afirmar que “o autoritarismo está de tal modo interiorizado nos corações e mentes que ouvimos com naturalidade a pergunta: —sabe com quem está falando? sem nos espantarmos de que isso seja o modo fundamental de estabelecer a relação social como relação hierárquica”. Expressões com esse teor, aparentemente triviais, são um sintoma poderoso da forma fundamental pela qual a relação social é estabelecida no Brasil: uma relação hierárquica entre um superior que manda e um inferior que obedece. Ou seja:

Em suma: micropoderes capilarizam toda a sociedade, de sorte que o autoritarismo da e na família se espalha para a escola, as relações amorosas, o trabalho, a mídia, o comportamento social nas ruas, o tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal, e vem exprimir-se, por exemplo, no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor (coração da ideologia capitalista) e na naturalidade da violência policial. (Chauí, 2012, p. 158).

Ademais, a interiorização do autoritarismo significa, portanto, que as práticas de mando e obediência não são apenas imposições externas do Estado, mas também são reproduzidas e reforçadas nas interações diárias, tornando-se parte do *habitus* social brasileiro. Isso impede o pleno exercício da cidadania, pois a relação de desigualdade é aceita como norma, dificultando o questionamento das estruturas de poder e a reivindicação de direitos fundamentais.

Por fim, a naturalização da oposição entre os que se sentem com direito, e possuem as condições para o mando, e aqueles que, sem condições de superar o estado em que se encontram, acabam por somente obedecer é um dos traços mais marcantes dessa cultura do autoritarismo. Nossas leis, símbolos, crenças e diversas outras formas de expressão da cultura, material, imaterial, e da memória afetiva personificam e exaltam a autoridade, sendo

assim conjecturas que subsidiam e expressam a dinâmica e singularidade do autoritarismo brasileiro.

Considerações Finais

O presente artigo, ao se aprofundar na ideia de que o autoritarismo brasileiro, para além de um desdobramento do acirramento das contradições do capitalismo, é também a tendência a um traço socioantropológico inerente à cultura brasileira. Condição essa que nos convida a uma reflexão fundamental sobre as raízes históricas que moldaram a sociedade atual. Ao demonstrar que o autoritarismo não se restringe a eventos políticos isolados ou a períodos de exceção, mas se manifesta de forma capilar em práticas cotidianas como o mandonismo, o patrimonialismo e a corrupção, a presente reflexão sublinha a complexidade do desafio de construir uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária. Essa herança histórica, que remonta aos tempos coloniais e à escravidão, continua a pautar as relações de poder e a fomentar a elitização política e econômica, resultando na persistente negação de direitos essenciais para a maioria da população.

A discussão destaca, através do pensamento social brasileiro formulado por autores fundamentais como Lília Moritz Schwarcz, Marilena Chauí, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Roberto Bueno, entre outros, como a dinâmica autoritária se constituiu e se perpetua na nossa sociedade.

Diante deste cenário desafiador, como educadores, defendemos a necessidade da promoção de uma formação política emancipatória que promova o questionamento das estruturas autoritárias. Tal reflexão crítica deve ir além do ensino formal, alcançando a formação humana integral, incentivando a autonomia do pensamento e a capacidade de discernimento sobre as relações de poder. A luta por uma sociedade verdadeiramente democrática e justa passa, inegavelmente, pelo desmantelamento desses pilares históricos e culturais do autoritarismo. Isso implica não apenas a contestação de discursos autoritários no âmbito político-institucional, mas também a desnaturalização de práticas hierárquicas e discriminatórias presentes no tecido social.

Referências

BELINELLI, Leonardo; RICUPERO, Bernardo. O “autoritarismo” no pós-1964: as aventuras de um conceito? **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 89, 2024.

DOI: <https://doi.org/10.11606/2316901X.n89.2024.e10712>

BUENO, Roberto, O autoritarismo brasileiro e as vias conservadoras em Francisco Campos, Oliveira Viana e o Estado Novo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, a. 53, n. 210, p. 25-1, abr./jun. 2016.

CHAUÍ, Marilena. Palestra proferida pela Professora Marilena Chauí, em Goiânia, no dia 14 de março de 2013, no Espaço Oscar Niemayer, no evento Café de Ideias. O evento também se caracterizou como a Aula Inaugural do PPGCOM – UFG turma 2013.1 - **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil** – Ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Notas

ⁱ Nesse contexto, tornou-se evidente que, para a família Bolsonaro e seus aliados, a ideia do “tarifaço” de Trump poderia ser interrompida à medida que o governo brasileiro oferecesse anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de Janeiro de 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/07/13/com-anistia-ha-paz-para-a-economia-diz-bolsonaro-sobre-tarifa-de-trump.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ⁱⁱ Francisco Campos, jurista e principal ideólogo do Estado Novo, foi o principal redator da Constituição de 1937 ("Polaca"), que institucionalizou o regime autoritário. Oliveira Viana, sociólogo e historiador, defendia a ideia de uma elite dirigente e a necessidade de um Estado forte para "civilizar" e "disciplinar" o povo brasileiro, concebendo-o como incapaz de autogoverno. Suas ideias, embora complexas, convergiam para a justificação de um poder centralizado e paternalista.

Sobre os autores

Daniel Lucas de Jesus Oliveira

Pós-doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Inhumas. Doutor e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás. Professor do curso de Direito e Pedagogia do Centro Universitário de Inhumas - UniMais E-mail: daniellucashist@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5375375052477657>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1705-9853>.

Renata Ramos da Silva Carvalho

Pós-doutora e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora efetiva da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Inhumas, no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Desenvolve estudos e

pesquisas e orienta estudantes de mestrado, prioritariamente, no campo das políticas educacionais com ênfase em políticas para educação superior e financiamento da educação. Integrante da Rede de Pesquisas Universitas/Br. E-mail: renata.ramos@ueg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9139962889438722>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7461-6698>.

Recebido em: 05/11/2025

Aceito para publicação em: 26/11/2025